

José Sarney

Essa iniciativa do Memorial de convidar os ex-presidentes que participaram da fundação do Mercosul interpreto como um importante passo para o resgate da memória histórica, das circunstâncias em que se deu essa realização. Isso permite rever as situações internacional e interna do Brasil naquele tempo. No setor interno, a eleição de Tancredo Neves marcava o fim de um processo de dissolução do regime militar, na tentativa de retorno aos padrões anteriores a 1964, isto é, a restauração do Estado de direito. No mundo, essa situação caracterizava-se também pela agonia do marxismo e pelo fim do socialismo de Estado na União Soviética com o presidente Gorbatchov, a Glasnot e a Perestroika.

Procurei então o presidente Tancredo Neves para lhe dizer que meu modelo de vice-presidente era o Mondale, que foi vice do Carter. Sempre fui um bom aluno e sempre gostei de estudar. Como vice-presidente, a

primeira coisa que fiz foi estudar a história da “instituição” vice-presidência da República. Depois de Nixon, passou a existir uma grande literatura sobre essa instituição, até então considerada secundária (pois só funcionava nas crises e destinava-se a evitá-las), mas que a partir de então se revelou algo da maior importância.

Levei ao presidente Tancredo Neves um trabalho baseado nesses estudos. Quero enfatizar que, afora isso, eu não havia participado da elaboração do plano de governo, nem da composição do ministério, nem opinado sobre qualquer assunto. Não havia escolhido ninguém. Era um vice-presidente discreto, que havia relutado muito em aceitar o cargo, tendo concordado em participar da chapa apenas para facilitar a ascensão de Tancredo à Presidência da República. Onde a minha perplexidade quando, naquela noite de 14 de março, teve início o martírio de Tancredo Neves. Às três horas da manhã, o general Leônidas e o senador Fragelli, então presidente do Senado Federal, telefonaram-me dizendo que todas as dúvidas haviam sido aclaradas de maneira constitucional e que às dez da manhã eu deveria assumir a Presidência da República. Recusei-me a discutir o fato político da sucessão, alegando que eu não podia participar, não me sentia confortável.

Confesso que não tinha condições pessoais de me aprofundar sobre o processo institucional que estávamos vivendo. Eu tinha noção perfeita do que era o processo de transição democrática, a passagem de um regime fechado para um regime aberto; por isso, não desejava assumir a Presidência. Achava que seria uma frustração para o povo brasileiro a substituição. O general Leônidas, que estava ao lado do Fragelli, me repreendeu, dizendo que eu não podia criar mais embaraços, que devíamos atravessar aquela noite para que o país voltasse à normalidade.

Foi assim que cheguei à Presidência da República naquela manhã. Quando entrei no Congresso Nacional para prestar meu depoimento, meu compromisso de posse, tinha presentes as responsabilidades que assumia naquele momento. Eu não pisava no chão, sentia-me levitando, nem podia distinguir as pessoas à minha volta.

O presidente não me passou a faixa, ninguém sabia qual era o protocolo, de maneira que tive de improvisar. Lembro até que não falei no microfone destinado ao Presidente, mas no dos ministros. Basta olhar a foto para perceber a perturbação do cerimonial, o tumulto naquele momento. Lembro-me de ter dito: “Estou com os olhos de ontem”. Pedi a todos que nos uníssemos em torno do ideal de Tancredo Neves.

Na área interna, então, tínhamos de operar a transição democrática. Na área externa, fui um dos poucos parlamentares, junto com Franco Montoro, de quem me lembro com muita reverência, que participaram de debates, propuseram ações. A política externa nunca fez parte da agenda brasileira. As demandas todas eram relativas à política interna, o que abria um espaço muito grande de discussão. Depois que o governo se instalou e a situação amainou, pude trazer algumas idéias a respeito desse ponto. Uma delas era a reincorporação do Brasil aos fóruns internacionais, dentro da visão do Estado de direito; sem exclusões nem inibições.

A outra ligava-se ao fato de eu, como estudioso da história brasileira, perceber uma incompreensão sobre a posição do Brasil na América Latina. O Marquês de Abrantes, que foi presidente do Senado por doze anos, dizia não entender quais os motivos pelos quais nos afastamos dos países do Prata, principalmente da Argentina. Posição essa que teve uma contrapartida posterior na célebre frase do argentino Saens Peña: “Tudo nos une, nada nos separa”.

Para a solução desse problema específico, acredito ter dado uma contribuição pessoal. Como senador, eu havia feito o discurso de recepção ao presidente da Venezuela, Andrés Pérez, que veio ao Brasil mais ou menos na mesma época que o presidente Carter, dos Estados Unidos. Então eu disse, um pouco com a intenção de chocar, que, para o Brasil, eu achava mais importante a visita de Pérez que a de Carter, pois com Pérez o Brasil tinha pela frente um longo caminho para a consolidação de vínculos, ao passo que, com os Estados Unidos, as relações vinham sendo construídas desde há muito tempo.

Nossos olhos sempre estiveram voltados para o norte, para os Estados Unidos e para a Europa. Para nossos vizinhos sul-americanos havíamos dado as costas. Para não falar da América Latina, pois nunca tivemos muita relação com a América Central e com o México. Isso se refletia no fato de que, na totalidade das relações comerciais da América Latina, a participação do comércio intra-regional não chegava a 10% das trocas.

Essa América, no entanto, tem-se caracterizado por uma espécie de movimento conjunto: o que acontece num país vai atingindo a todos os outros, como num sistema de contágio. A fase dos regimes autoritários, das ditaduras, ocorreu em todos os países. Depois, a onda de democratização, a onda da dívida externa, a da inflação, comuns a todos eles. Recentemente, a onda neoliberal também pegou a todos. Agora, após a fase das reeleições, estamos num outro momento, que é o de perseguição aos ex-presidentes.

Como eu dizia, estamos, nesta América do Sul, vinculados aos nossos vizinhos; fazendo fronteira com dez países. Nunca tivemos uma política externa que levasse verdadeiramente isso em conta. Em 1961, quando fui delegado nas Nações Unidas, na Comissão de Política Especial, discutiu-se pela primeira vez a questão do *apartheid*. Fui fazer o discurso e, como nunca me libertei de meu sotaque nordestino, não me aventurei a falar nem em inglês nem em francês; preferi usar o espanhol. Houve uma reação grande da missão brasileira nas Nações Unidas. Disseram-me que não convinha falar em espanhol, o que dá bem a medida do nosso distanciamento, do isolamento em relação aos nossos vizinhos hispano-americanos. Isolamento que deita raízes na história; pois, enquanto a América espanhola era baseada em repúblicas independentes (com toda a retórica que vem desde Bolívar), a nossa tinha vindo justamente do sistema imperial que caracterizou a América portuguesa.

Internamente, também tínhamos chegado a um grau de esgotamento do modelo estatizante da substituição de importações. Em relação ao mundo, começávamos a viver aquilo que depois se tornou dominante: o “tatcherismo” e a era Reagan. O mundo encontrava-se numa crise de

crescimento: muitas contradições do capitalismo, o fim do social-protecionismo, do *welfare state*, a agonia do marxismo.

Na América Latina, havia uma grande estagnação. Vivíamos a chamada “década perdida”. A década de 1980 só não foi pior porque tivemos índices de crescimento. Eu assumia, portanto, dentro de um quadro no qual teria de administrar as transformações no âmbito interno e também em nível internacional, buscando reconquistar a estabilidade.

Nesse panorama de transformação e instabilidade, eu sentia necessidade de legitimação. Era difícil, depois de tudo aquilo, assumir o governo sem nenhuma participação, sem entrosamento político maior com a administração que eu comandaria. Sabia que, se o presidente não se legitimasse, ele cairia inevitavelmente naquelas coisas que o Brasil já viu: renúncia, suicídio, deposição, golpe... Então, para me legitimar, a primeira coisa que fiz foi abrir espaços para atender às demandas sociais e políticas que existiam.

Não vamos nos esquecer de que estávamos saindo de um período em que os grupos armados ainda mantinham a sua estrutura. Precisávamos dar condições para que essas aspirações voltassem aos espaços democráticos a fim de permitir uma abertura total. Comecei então a acabar com o que se chamava de “entulho autoritário”: dei liberdade aos sindicatos, às centrais sindicais. Demos ao movimento trabalhista condições de readquirir legitimidade de organização. O que também colaborou com as eleições diretas, em 1985. Lembro até da enorme dúvida de alguns colegas meus, inclusive do Ulysses, que me perguntou certa vez: “Sarney, você acha que nós ainda vamos fazer eleição este ano? Eleição nas capitais? Não vamos esperar a Constituinte?”

A propósito, muitos acham que eu me afastei do Ulysses. Não é verdade. Ele foi um conselheiro muito importante, porque era um homem experiente, alguém com quem eu dialogava muito. À pergunta dele, respondi: “Não, Ulysses, temos de abrir todos os espaços, porque do contrário não vamos agüentar a pressão das demandas políticas e sociais que aí vão se processar”.

Na área externa, o campo estava aberto, ninguém demandava nada, o que me permitiu fazer com que olhássemos para a América Latina. Está ali o Rubens, que era o chefe de gabinete do Olavo Setúbal. Olavo foi a pessoa a quem pedi que fosse a Buenos Aires propor uma nova política, uma nova relação entre os nossos países. No Rio Grande, já começavam a cultivar trigo, maçã... Chamei o ministro das Relações Exteriores já com o propósito de mudar a relação com o Cone Sul. Não perdemos um minuto. O ministro Setúbal foi a Buenos Aires e voltou de lá animado. Pouco tempo depois marcamos um encontro com o presidente Alfonsín – o que é inusitado, considerando os prazos dilatados em política internacional. Em novembro, reunimo-nos em Foz de Iguaçu. Mais do que isso, quando chegamos a Foz de Iguaçu, todos os nossos acordos já estavam negociados. A Ata de Iguaçu, que é a base de toda essa política, foi assinada.

Não sei o que o presidente Alfonsín falou sobre esse nosso encontro, mas eu quero dizer que não me detive no exame daqueles acordos e atas que eu sabia terem sido muito bem negociados pelo Itamaraty e pelo Ministério do Exterior da Argentina. O que eu disse a Alfonsín foi mais ou menos o seguinte: “Presidente, precisamos mudar o curso da história no continente. Precisamos mudar esse curso e somos capazes disso. Vamos acabar com as restrições que fazem sombra nas relações entre o Brasil e a Argentina. Temos de criar nesta área um mercado comum”. Recebi do presidente Alfonsín o maior acolhimento a essas idéias. Terminei a conversa dizendo-lhe: “Presidente, o senhor está aqui, ao lado de uma catedral do desenvolvimento contemporâneo da humanidade, que é Itaipu, e não pode visitá-la por causa das hipotecas, dessa política errada que tivemos...”

Ele não me respondeu nada. Ficou calado. No dia seguinte, durante o café, ele me propôs que visitássemos Itaipu. Foi quando percebi que realmente estávamos mudando, era o primeiro passo. A visita gerou certo pânico, por conta das questões de segurança e das expectativas de todos os que estavam ali. Fomos para a frente do vertedouro e batemos uma foto

juntos. A foto saiu nos jornais de Buenos Aires, causando um escândalo tremendo. Fizemos a diplomacia da foto. Foi um gesto extraordinário, simbólico, que diz muito sobre o que se podia fazer naquele momento no que tange ao relacionamento entre o Brasil e a Argentina.

Recordo-me de que ele tinha levado os três comandantes militares e eu, os meus ministros militares. Sabíamos que, dentro dessa relação, o ponto fundamental era o problema nuclear. A preocupação dos militares argentinos – e também dos brasileiros – era saber, na corrida nuclear, quem teria o artefato primeiro, e qual seria a nossa posição. Era a política daquele tempo, era a aspiração de todos os países. Havia da parte da Argentina a disposição de participar de um programa de cooperação nuclear com o Brasil. Quero fazer aqui o elogio do Raúl Alfonsín, que considero um homem extraordinário, patrimônio moral da Argentina e um dos maiores estadistas das Américas.

Mas quais eram as nossas hipotecas em relação à política externa naquele momento? Qual era a situação brasileira no cenário internacional? E no âmbito da América Latina? Quando o presidente Castelo Branco assumiu, após as acusações de esquerdização que pesavam sobre Jango Goulart (a aproximação com o bloco socialista), a orientação adotada para a política externa foi a de buscar uma aproximação com os Estados Unidos. A idéia era tornar o Brasil um parceiro privilegiado dos Estados Unidos, o que permitiria a obtenção de financiamentos e apoio aos projetos de desenvolvimento nacional. O presidente Castelo Branco não conhecia bem os Estados Unidos como nós conhecemos. Com o general Costa e Silva, mais identificado com a tropa nacionalista, não houve rejeição à política de aproximação com os estadunidenses. O que houve, sim, foi o estabelecimento de uma certa área de independência, o que o levou a uma medida trágica para as relações diplomáticas com os EUA: a não-assinatura do TNP (Tratado Nacional de Não-proliferação de Armas Nucleares). E, também, os entendimentos com a Alemanha, buscando uma independência nuclear brasileira, com vistas ao projeto brasileiro nuclear. O presidente Médici endureceu internamente na luta

armada, o que provocou uma posição contra o Brasil, uma posição de isolamento em relação aos direitos humanos.

O período é marcado também por uma quase segregação do Brasil nas reuniões internacionais. Votávamos a favor de Portugal, votávamos contra a descolonização (um contra-senso histórico), éramos aliados incondicionais de Israel e, em relação à África do Sul, omissos com o problema do *apartheid*. Então, foi um período em que nos fechamos, em que os espaços diplomáticos quase desapareceram.

Internamente, vivíamos sérios problemas com a Argentina, uma divergência sobre o uso da água. Nos fóruns internacionais, confrontávamos a posição mundial sobre recursos compartilhados. Daí veio o governo Geisel, que deve ser examinado com uma lente diferente da habitual. Na esfera internacional, ele quis melhorar a posição do Brasil, recuperar o que havíamos perdido. Geisel restaurou as relações com a China, reconheceu a China (com exceção de Taiwan), reconheceu a independência de Angola (fomos o primeiro país a fazê-lo), reconheceu o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), iniciou tentativas de negociação com os países árabes, fez os acordos com o Iraque, com o Irã.

Em função da crise do petróleo, começamos a entrar em atrito, de certa forma, com os interesses norte-americanos. O nosso acordo com a Alemanha definia uma área de conflito com os interesses dos Estados Unidos por visar a uma maior autonomia do Brasil no domínio de tecnologia nuclear (com a aquisição de ultracentrifugadoras para enriquecimento de urânio).

No tocante às relações com a Argentina, o período Geisel – herdando a visão das nossas escolas militares, que encaravam o Sul e a Argentina com certa restrição (chegando até a cogitar guerras hipotéticas com a Argentina) – foi o mais crítico. O presidente Figueiredo continuou a política de Geisel, buscando a independência brasileira na área nuclear. Assume, então, uma certa posição com respeito aos direitos humanos. Com relação à Argentina, ele procurou reverter a situação criada no

governo anterior. A Guerra das Malvinas facilitou um pouco isso, por causa do apoio que demos à Argentina. Para que se tenha uma noção do que esse período significou para o Brasil, basta dizer que, durante dezoito anos, o Brasil não participou do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ainda vigoravam as teses do desenvolvimento, falava-se muito dos problemas dos países subdesenvolvidos. A nova ordem política internacional ainda se preocupava com minorar a injustiça em relação aos pobres do Terceiro Mundo.

Com o “tatcherismo” e o “reaganismo”, mais a decadência da União Soviética, os países ricos dominaram e inverteram a agenda internacional, o que corresponde ao meu período de governo. A mudança na agenda internacional fez com que, em vez de cobrarmos dos países ricos, fôssemos por eles cobrados. Começou-se a dizer que os países do Terceiro Mundo é que eram responsáveis pelo narcotráfico, pela degradação do meio ambiente, pela liquidação dos direitos humanos, pelas emigrações ilegais, pelos conflitos regionais. A hegemonia dos países ricos pôde, então, manifestar-se livre de culpas, deixou de ser objeto de discussão. Ficamos isolados, sem nenhuma condição de barganha. Tínhamos o trunfo da restauração democrática, mas fomos cobrados violentamente sobre a desorganização da economia e, mais ainda, do meio ambiente. Tornamo-nos vilões, vilões mundiais do meio ambiente. Isso corresponde ao período em que tive de fazer o projeto “Nossa Natureza”. A legislação ambiental brasileira é a melhor do mundo, pois somos o único país em que essas leis têm base constitucional.

Havia também o sério problema da dívida externa. Para resolvê-lo, propus que separássemos os aspectos econômicos dos políticos. Do lado econômico ficou o ministro Bresser. No lado político, tratamos de fazer com que o mundo ficasse a par do que acontecia com a nossa dívida externa. Não tivemos, porém, nenhuma receptividade ao nosso problema, pois o Brasil atravessava um período de completo desinvestimento: não havia nenhuma inversão, nenhum fluxo de capital, em relação ao nosso país (donde a dificuldade para fazer qualquer política econômica).

Voltando ao problema da minha legitimidade como presidente, acho que, apesar de todas essas dificuldades, o país sentiu que havia uma linha coerente de democratização, de abertura, de liberdade. Buscamos o caminho da heterodoxia, já que o campo internacional não permitia nenhuma negociação sem sacrifício de nossa independência. Chamei o ministro Sayad, que considero um homem extraordinário, o melhor profeta de Economia que eu conheço. Disse-lhe que em Israel estavam fazendo um plano de controle da inflação que saía um pouco dessa ortodoxia de recessão. Achava que, se não fizéssemos nada para evitar que o povo sofresse com o desemprego, estaríamos colocando em risco toda a nossa obra política. O Sayad, que já tinha feito alguns estudos sobre inflação inercial, pediu ajuda ao Pésio Arida e foram ver, em sigilo, o que estavam fazendo em Israel. Daí nasceu a idéia do Plano Cruzado. Queríamos estender à área econômica a legitimação que já estávamos tendo no âmbito político.

Na época pareceu uma bagunça, porém havia uma diretriz que estava norteando tudo com absoluta coerência. Quando se estabelece uma diretriz em políticas públicas, deve-se contar com o intervalo, que sempre existe, entre objetivos e resultados. Saímos para o Plano Cruzado dentro dessa visão. O resto da história todo o mundo conhece.

Falei do pacto que estabelecemos e que foi-se esgarçando à medida que o processo de abertura ia-se delineando com sucesso, levando à convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Fui muito aconselhado a não convocar a Constituinte devido aos perigos que ela envolvia. Outro dia, numa declaração feita pelo diretor de um grande jornal, escreveram que eu não tinha a menor idéia do que fosse uma Assembléia Nacional Constituinte. Eu sabia, e muito bem. Conhecia a história de todas as assembléias constituintes. Desde a de 1823, que deu no que deu, nenhuma das assembléias que tivemos deu certo; todas elas tiveram problemas.

Não podia deixar de convocar a Assembléia Nacional Constituinte. Primeiro, porque era um compromisso assumido. Tancredo poderia adiá-

la uns dois, três anos, mas eu não. Se alguém se detiver hoje sobre a mensagem convocatória para a Assembléia, que foi redigida por mim, verá o que eu disse. Que precisávamos nos modificar porque o Brasil estava atrasado em matéria de direitos sociais.

Quando hoje se fala que a Nova República não existiu, que foi um fracasso, pretende-se ignorar isso que foi um marco na história do Brasil. Historiadores do futuro vão falar na Nova República, que corresponde à criação, no Brasil, de uma sociedade democrática. Possuíamos uma sociedade absolutamente elitista: a relação entre patrão e empregados tinha como modelo a que havia entre o senhor e seus dominados, ninguém tinha liberdade de reivindicação. Com a abertura de 1985, ocorreram doze mil greves, reivindicações, a sociedade se contorcendo, houve uma organização. O cruzado tem uma importância política extraordinária. No dia em que me dirigi à população dizendo que todos eram “fiscais do Sarney”, pela primeira vez, o brasileiro se sentiu representante do presidente. Ele se imbuíu de um senso de cidadania e foi cobrar preços. Por um sistema de capilaridade, fundaram-se no país milhares e milhares de associações de toda natureza: de bairros, de grupos profissionais, multiplicaram-se sindicatos... Os sociólogos e historiadores não estão se detendo sobre isso. Outro dia, vi na televisão o depoimento de uma senhora que era membro, há trinta anos, de uma associação de defesa do consumidor. Ela dizia que, a partir do cruzado, a associação dela multiplicou-se e não parou mais. Veio o Código de Defesa do Consumidor e todo o resto.

Não estou dizendo que sou o responsável por tudo. Era o momento histórico de isso acontecer. Esse período corresponde a uma mudança da sociedade brasileira. A relação patrão-empregado mudou radicalmente. E, se verificarmos as mudanças que se seguiram àquela, veremos que não houve aprofundamento significativo dessas questões. A democracia brasileira não se aprofundou depois daquela virada extraordinária. Basta ver, por exemplo, a universalização da saúde. Só quem tinha direito a entrar no hospital e usufruir do INPS era o trabalhador que tivesse a

carteira assinada. Com a Nova República, todo brasileiro passou a ter direito ao atendimento médico gratuito. Não havia onde tomar uma injeção, só nas Santas Casas isso se dava. Os excluídos, sem direito a nada, passaram a ser vistos a partir da Nova República. Foi aí que se enxergou essa gente que não era ligada aos sindicatos. Outra coisa importante foi a universalização da previdência, implantada naquele período de ebulição e turbulência.

É claro que estou falando só das conquistas. Um governo como aquele também teve muitos problemas. Com a minha experiência de hoje, não faria muitas coisas que fiz, faria outras. Nesse ambiente é que surgiu o Mercosul.

Para voltar a Alfonsín, então, a Ata de Iguazu foi um primeiro passo para a criação do mercado comum. Não era uma zona de livre comércio, mas a criação de um mercado comum. Nosso modelo era o europeu e nossa visão dele derivava. Um modelo no qual as coisas não se restringissem à área econômica. Estabelecemos um prazo de dez anos, com integração por setores, *step by step*, para não haver retrocesso. Pensou-se num banco de compensação para evitar desníveis na balança cambial dos países. Até a moeda comum, que os argentinos chamavam de *gaucho*, e nós de gaúcho, refletia essa preocupação. Então, os acordos passaram a funcionar. De tal modo que já eu deixava o governo e só nosso comércio com a Argentina equiparava o comércio com o restante da América Latina. Em termos de valores, chegou a 18 bilhões em 1997. A Argentina passou a ser o maior parceiro do Brasil em matéria de relações comerciais, no mesmo nível da União Européia e dos Estados Unidos.

O Mercosul não tem volta. Pode ter problemas, viver crises, mas os europeus também viveram muitas crises. Certamente me perguntarão: “Onde o projeto fracassou?” Talvez tenha fracassado no que se refere a uma posição demagógica, quando o Menem e o Collor, então presidente do Brasil, resolveram implantar a tarifa zero e transformar o mercado comum numa zona de livre comércio, cujos objetivos se esgotavam numa união aduaneira. Como era um período de crescimento do comércio

internacional, os espaços estavam abertos e o comércio aumentou muito. Mas os outros setores ficaram parados. Ocorre que o sistema de tarifa zero se esgotou, deu o que tinha de dar. Devemos então aumentar as potencialidades outras em relação ao mercado comum. No caso atual, com as dificuldades que o Brasil enfrentou e a Argentina está enfrentando, com o câmbio variável, as coisas se tornam difíceis. Mas, se tivéssemos mantido o projeto de integração por setores, se tivéssemos criado organismos de consulta permanente, enfim, se tivéssemos concluído o projeto inicial, até na mudança de câmbio entre o Brasil e a Argentina, teríamos acordado uma fórmula pela qual a saída seria outra, sem que nos afastássemos, caminhando em direções opostas.

Aliás, o primeiro afastamento foi dos argentinos, quando o Cavallo vinculou o peso ao dólar. Aí é que houve certo truncamento em relação ao Mercosul, cujos problemas estamos testemunhando hoje, mas que, acredito, vamos superar. Pode demorar, pode ser sangrento, doloroso, mas vamos superar. Uma idéia dessa natureza, tão generosa, tão objetiva, tão necessária, não morre; ela se transforma e eclode no futuro.

Já me alonguei muito, eram essas as questões que eu queria abordar. As lacunas em minha exposição serão preenchidas pela contribuição dos senhores. Obrigado.

DEBATE

COORDENADOR

Fábio Magalhães

DEBATEDORES

Ana Maria Stuart

Carlos Henrique de Brito Cruz

Cláudio Lembo

Fernando Gasparian

Gilberto Dupas

João Bosco Rabello

Jorge Cunha Lima

Alm^{te}. José Maria do Amaral Oliveira

Luciano Coutinho

Luiz Carlos Bresser Pereira

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Antônio Barbosa

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA:

Presidente, tive a honra de ser seu ministro e estou convencido de que a sua presidência foi marcada por muitos êxitos e muitas dificuldades. Na área externa, a política foi marcada de modo indelével, seja pela inovação que as relações com a Argentina representaram – uma inovação radical que colocou tal problema na agenda do país e levou à frente um projeto importante – seja no que se refere à dívida externa. Houve, da sua parte, uma coragem e uma determinação muito fortes. Participei um pouco dessas duas iniciativas. Queria lembrar então duas coisas. A primeira é a nossa visita a Bariloche. Nessa ocasião, em que propusemos o início de uma redução gradual e linear das tarifas, aproveitamos para conhecer as estações nucleares da Argentina, mostrando assim uma unidade de interesses entre a Argentina e o Brasil.

Três meses depois, começou um avanço muito grande através desse processo de redução tarifária. O que faltou foi a criação de uma comissão do Mercosul, em Montevideu, ou em outra cidade do Uruguai. Isso jamais aconteceu. Gostaria que o senhor comentasse esse ponto.

O segundo diz respeito à dívida externa. Aí eu participei mais ativa e diretamente. Tive um apoio fundamental da sua parte, o tempo todo. E além da proposta que o Brasil fez, que saiu do seu gabinete, e das conversas que tivemos, das posições que tomamos juntos, houve aquela proposta da Cidade do México, em que fazíamos o G-3. Como eles têm o G-7, nós pensamos que poderíamos ter o G-3 (Argentina, México e Brasil), para discutirmos os problemas da dívida externa e definirmos uma posição comum. Aquilo caminhou um pouco, fizemos duas reuniões, mas depois os mexicanos abandonaram o processo e não houve continuidade.

Em todo esse processo, seja com respeito ao Mercosul, seja com referência à dívida externa, uma coisa fundamental era a relação que o senhor mantinha com os Estados Unidos. Todos sabem do impacto que as condições dos anos 80 e 90, relacionadas inclusive com a nossa crise da dívida externa, tiveram sobre a hegemonia norte-americana. Passamos de uma posição de ataque na nova política internacional para uma posição de defesa. Mas a sua política parece-me ter sido de muita firmeza e afirmação do interesse nacional. Gostaria que o senhor dissesse como via essa política, como é que se enfrenta um país hegemônico, com coragem, firmeza, mas sem arrogância.

JOSÉ SARNEY:

A primeira parte da sua pergunta refere-se à razão pela qual não frutificou a comissão. Já que o senhor me aviva a memória falando de Bariloche, quero dizer que aquele foi um passo muito importante dado por nós dentro da consolidação das relações Brasil-Argentina. Nosso problema básico era o problema nuclear. Alfonsín me convidou para visitarmos uma usina nuclear argentina. E me pediu que levasse todos os meus peritos em energia nuclear, porque não queria esconder nada.

Fomos à usina com o então presidente da Comissão de Energia Nuclear e com os técnicos do CNPq. Eles nos abriram tudo. A partir dali ninguém podia mais falar em corrida nuclear. Já sabíamos até onde eles haviam avançado. E, da mesma forma, eles também sabiam em que ponto estávamos. A partir desse momento, eu também o convidei para a inauguração da usina de Aramar, onde estávamos começando a fazer o enriquecimento de urânio. Não sei se continua lá uma placa em que se lê que a usina foi inaugurada pelo presidente da Argentina. Isso foi uma mudança extraordinária no nosso relacionamento.

Ministro Bresser, confesso ao senhor que não pudemos resolver naquele momento o problema da comissão, como também o dos organismos cuja criação estava prevista no tratado, porque ainda não estávamos maduros. Não queríamos que houvesse um retrocesso, para não acontecer o que está acontecendo hoje. Queríamos fazer gradualmente, por setores, como a Europa fez. Não estávamos inovando nada. A primeira coisa que a Europa fez foi integrar o setor do aço, depois outro e outro, até abranger a totalidade da economia. Foram sessenta anos para que isso ocorresse. Então não poderíamos realizar em dois anos uma missão daquela natureza. Fizemos, sim, uma coisa que era mais imediata: criamos duas comissões parlamentares, como parte do tratado. Duas comissões que ainda existem.

A minha visão de política externa era essa. Visitei todos os países da América Latina. Até uma vez, no Itamaraty, o nosso embaixador disse: "Para gostar de pobre assim como Sarney, não existe! Em vez de ir para Londres, ele quer ir para a Guiana, para Paramaribo e tal". Visitei todos esses países pregando a integração da América Latina. Dentro dessa visão, quisemos atrair o México para compor conosco. O México tem de se decidir: ou é a fronteira da América Latina nos Estados Unidos ou é a fronteira dos Estados Unidos na América Latina. Acho que hoje ele tende mais a ser a fronteira dos Estados Unidos aqui do que o contrário.

Criamos o Grupo dos Oito, não podíamos criar dos três para não ter problema. Mas os oito eram justamente Brasil, Argentina e México. Hoje o grupo se alargou e abandonou seus objetivos originais para tornar-se um

fórum mais ampliado e diluído. Quanto à relação com os Estados Unidos, devo dizer que foi difícil.

Também aí entrou um pouco do intelectual, do poeta. Lembro-me sempre do velho Arthur Bernardes, que foi presidente do Brasil. Uma vez foram discutir com ele uma resolução da Unesco sobre estudos científicos na Amazônia e ele disse: “Isso não está me cheirando bem. Como ex-presidente, devo defender o Brasil. Não cedo um milímetro”. Eu também partilho da opinião de que o Brasil deve entrar de cabeça erguida nas relações internacionais. No dia 14 de março, ao deixar a presidência, fiz uma reunião ministerial na qual disse: “Tenho a felicidade de deixar o governo dizendo que não cedi um milímetro em termos da soberania nacional. Não cedi e não concedi”.

Isso não significava atrito com os norte-americanos; ao contrário, acho que a relação com os Estados Unidos é uma relação extraordinariamente necessária, boa, amadurecida. Temos os nossos interesses, é justo que eles defendam os interesses deles. Veja o exemplo do Castelo, que fez aqui aquela política de alinhamento total com eles e que não recebeu nada. Assim, quando a posição do Brasil passou a ser mais independente, eles recuaram nas relações conosco. Dentro daquele contexto de inversão de agenda internacional, a que me referi anteriormente, eles estabeleceram as tais leis econômicas. Por exemplo, a lei 301, pela qual dominam o comércio internacional, com sanções. Fomos escolhidos para ser o primeiro país para demonstração, fomos o *show case* dos americanos, para mostrar que eles tinham as garras duras da lei, leis econômicas. Em vez de nós os cobrarmos pelo bloqueio ao nosso aço, ao nosso suco de laranja e aos demais produtos brasileiros, o que aconteceu foi o seguinte: eles nos acusaram de infração às leis da liberdade de comércio. E nos ameaçaram com a 301. A insensibilidade foi tão grande que, no dia 7 de setembro, recebi um telegrama que imaginava fosse de congratulações pela data nacional e, ao contrário, era de sanção ao Brasil. No dia 7 de setembro, data da independência nacional, ou seja, nem nisso eles pensaram para cogitar o envio em qualquer outro dia.

Não tenho nenhum antiamericanismo dentro de mim; ao contrário, sou um grande admirador dos Estados Unidos, conheço a história americana e a extraordinária posição dos Estados Unidos em relação ao mundo. Admiro as idéias de liberdade, de direitos humanos, as idéias democráticas que eles nos legaram. Mas questiono o domínio das políticas econômicas imposto por eles a partir de Reagan.

Paulo Henrique Amorim disse ao presidente do Banco Central americano, num coquetel, em New York, que ele havia apertado muito o Brasil durante o meu governo. Ao que ele retrucou, dizendo que nós é que queríamos apertá-los, por isso agiram da forma que agiram. Eu queria que o Brasil mostrasse a sua posição em nível mundial. Por isso, procurei estabelecer relações, não somente com a América Latina, mas também com o mundo inteiro. Queria me aliar aos países que estavam no mesmo patamar de desenvolvimento que a gente para que houvesse troca de tecnologia, para barrar essa coisa que estava nos sendo imposta.

Aí fizemos um acordo de cooperação com a China, procuramos melhorar a nossa posição em relação à Europa e também em relação à Índia, que era um país no mesmo nível que o Brasil. Passamos a ser um aliado das forças que combatiam o *apartheid*, ficamos solidários com todas as políticas de descolonização, e com relação aos direitos humanos, assinamos o Tratado de São José contra a tortura e pela regulamentação de agravantes.

Mas essas medidas, esses anseios de independência, não soam muito bem aos ouvidos das grandes potências. Hoje, a situação ficou ainda pior, pois os espaços que ameaçam a hegemonia dos países ricos ficaram muito menores. De minha parte, acho que o que é injusto não prevalece. Então, esse tipo de política pode durar um período, mas, da mesma maneira que o comunismo, acabará desintegrando-se por causa das suas contradições internas.

ALM^{TE} JOSÉ MARIA AMARAL:

Presidente, o senhor falou muito no Mercosul, e com menor frequência

em América do Sul. Sei que vou cometer aqui uma blasfêmia, mas devo dizer que não acredito em América Latina. A América Latina foi uma criação norte-americana anterior ao século XX. Vamos pensar em América do Sul.

Além do Mercosul, o senhor criou algo que era a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Eu estava lá, participando da primeira votação, quando, por incrível que pareça, Portugal votou contra. Dois anos depois, saía a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. No âmbito da Marinha, Presidente, a Namíbia brasileira desfruta hoje dos benefícios desse relacionamento. Eu não sei como estão evoluindo as coisas, mas o senhor, no Senado, pode continuar essa obra. Precisamos manter a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul funcionando, a despeito das reações norte-americanas. Devemos pensar mais em América do Sul, do Canal do Panamá para baixo. Gostaria que falasse um pouco a esse respeito.

JOSÉ SARNEY:

Sinto-me muito à vontade para falar desse assunto. Até já escrevi sobre isso, publiquei uma conferência sobre as três Américas. Acho que a idéia de uma América única é um sonho que remonta à época do Descobrimento. Temos hoje três Américas absolutamente nítidas. Temos a América do Norte, saxônica, rica, da qual, como já disse, por problemas internos norte-americanos (o controle das fronteiras e dos imigrantes), o México faz parte. Temos a América Central, que é uma região onde os estados nacionais ainda não estão perfeitamente definidos, e a América do Sul, que é uma região integrada, o continente que aqui está. Estamos num continente pelo qual ainda não passou nenhum fluxo econômico, nenhum fluxo cultural, nenhum fluxo tecnológico; estamos num fundo de bolsão. Ao mesmo tempo, sou muito otimista, pois acho que já tivemos os “anos dourados” da América do Norte, da Europa, da Ásia (com os novos tigres). Deixando de lado a África (onde infelizmente a questão não se coloca), nós somos candidatos aos próximos “anos dourados”. Somos ainda uma área aberta à expansão do comércio mundial, uma área aberta

ao desenvolvimento. Acho que o presidente Fernando Henrique procedeu bem não convidando o México para aquela reunião da América do Sul. Os mexicanos não gostaram muito, mas precisamos pensar em espaços econômicos. Quando pensamos no espaço do Mercosul, tínhamos também em vista o Pacto Andino. Na época, cheguei até a falar em Merconorte. Esses tratados, o Pacto Andino e os outros, são ainda coisas de primeira geração, já estamos muito adiante. Só no futuro, talvez, poderemos ver essa gente toda unida. Não podemos receber a Alca antes de fortalecer a nossa área, pois, do contrário, seremos engolidos. Não sou contra a Alca, mas minha prioridade é realmente a América do Sul. O Brasil não deve ter nenhuma pretensão hegemônica nisso, mas deve participar, deve assumir a liderança desse processo.

O Brasil já é um país maduro, não precisa apelar para o negócio de emoção. Vamos discutir objetivamente os nossos interesses. Hoje a CIA e o Tio Sam não pautam mais a retórica política no Brasil.

GILBERTO DUPAS:

Presidente Sarney, esses seminários procuram justamente resgatar o estadista. Foi assim com o presidente Sanguinetti, foi assim com o presidente Alfonsín, acho que esse é o objetivo também com o senhor. Pretende-se, para usar uma linguagem caricata, extrair realmente o sumo do estadista. Dentro dessa perspectiva, gostaria de lhe fazer duas provocações: uma sobre o passado e outra sobre o futuro.

Sobre o passado, lembro que o Sartre costumava dizer que o jovem pensa que pode tudo e demora muito para descobrir as contingências que limitam sua potência. Na tese dele sobre Flaubert, autor de *Madame Bovary*, ele se questionava sobre as liberdades do autor. Flaubert podia ter sido médico, merceiro, seguindo a carreira do pai, ou poderia ser escritor, dadas as contingências do seu momento. Para a nossa sorte, foi escritor. Eu diria que, no seu caso, as contingências levaram-no a ser presidente, provavelmente sem querer, e a ser escritor, provavelmente querendo sê-lo.

Então, juntando a visão de estadista, a condição de promotor da democratização num momento crítico da história brasileira, mais a liberdade de fantasia do escritor, a primeira pergunta que lhe faço é a seguinte: Qual a sua visão do que teria sido o governo Tancredo Neves?

A segunda questão diz respeito ao futuro. O senhor nos deu uma visão dessas duas décadas e disse, com toda razão, que ainda não tivemos os nossos “anos dourados”. De fato, essas duas décadas foram décadas perdidas. O crescimento do PIB *per capita*, em média, nessas duas décadas, foi de 0,23%; irrisório, portanto. Ao mesmo tempo, a abertura econômica – conduzida numa circunstância histórica ímpar, por governos democráticos e em condição de estabilidade monetária – a partir de certo ponto prometeu luzes que infelizmente não se acenderam. Apesar de alguns avanços importantes, o passivo principal da abertura econômica foi o desequilíbrio estrutural crescente nos grandes países da periferia (na América Latina em especial), seja no aspecto comercial, seja como decorrência do balanço de transações correntes, quer dizer, capital, juros e remessa de lucros.

O período áureo do Mercosul foi o compreendido entre os anos 1992 e 1996, quando o comércio intramercosul cresceu de quatro para vinte bilhões de dólares. Nesse período, que pode ser tomado como um exemplo paradigmático de regionalismo aberto, as exportações do Mercosul para fora do bloco cresceram 56%, mas as importações aumentaram 160%. No ano de 1997, o déficit comercial da área foi de 25 bilhões. E, hoje, temos uma restrição externa absolutamente imperiosa nesses países, com a tragédia da Argentina aí do lado, deteriorando seus padrões, levando-a para o fundo do poço. E com o Brasil sofrendo as consequências dessas crises recorrentes.

Diante desse quadro e do que já foi dito aqui sobre a hegemonia norte-americana, eu pergunto: Qual a sua visão do futuro e de que forma a América Latina poderia ensaiar alguma coisa que se aproximasse de uma década dourada?

JOSÉ SARNEY:

Você primeiro me pergunta como eu imagino o que teria sido o governo Tancredo. Não quero de modo algum esquivar-me à pergunta, mas, para ser sincero, tenho muita dificuldade em respondê-la. Certamente, seria um governo muito mais forte do que foi o meu, porque ele tinha muito mais estrutura política. Por outro lado, acho que as vantagens que tive de ser vice-presidente não foram totalmente aproveitadas pelas forças políticas que viveram comigo durante aquele tempo. Primeiro, o vice-presidente é um homem que não tem acordos de campanha, que é o presidente quem faz. Então, ele não carrega hipotecas para o governo. Segundo, por ser um vice-presidente do Norte, não tinha compromissos de vinculação com áreas maiores, onde circulam interesses econômicos de maior profundidade. Esses dois fatos levaram-me a tomar algumas medidas que não sei se foram boas ou más para o país, mas que certamente Tancredo teria mais dificuldade em tomar. Por exemplo, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Tancredo, naturalmente, podia retardar a sua convocação. Eu não podia retardar de nenhuma maneira. Lembro, por exemplo, que Tancredo, indagado sobre a situação do Partido Comunista, disse que a sua legalização era uma questão da Justiça. Eu não podia fazer isso, até porque as cobranças políticas eram muito grandes em relação a mim. E tinham de ser atendidas com presteza, tínhamos de abrir esses espaços imediatamente. Do contrário, teríamos uma abertura tutelada, como teve o Chile. O Chile ainda hoje permanece com uma abertura tutelada. Como eu disse, Tancredo faria um governo mais forte, com menos traumas, mas posso também lhe assegurar que algumas das vantagens que tive, na condição de ex-vice, fizeram o país caminhar mais rapidamente para o aprofundamento da restauração democrática.

Tancredo era desses homens que a história prepara para um determinado momento. Somente Tancredo poderia, naquele momento, fazer a transição democrática. Não havia outro homem no Brasil. Eu me recordo de que a volta de Jango Goulart, após a deposição, dependeu muito da

escolha de Tancredo Neves como primeiro-ministro, que inspirava confiança em todos os setores do país. Então, a gente verifica, na vida de Tancredo, como a história o preparou. Tudo isso foi levado em conta quando o escolheram em 1985. Outro exemplo: quando Jango Goulart foi aos Estados Unidos, para resolver o problema da dívida externa que o Brasil atravessava, Tancredo levou junto representantes de todos os partidos políticos brasileiros, para viabilizar a negociação comandada por Roberto Campos. Nisso a gente vê o que era aquele homem. Era de tal modo forte, tão grande era sua vocação, que até eu me imbuí da figura dele, da figura desse homem que foi um conciliador sem jamais transigir no que se referia a princípios éticos. Quando se tem uma estrutura baseada nesses princípios, você não transige. Na política você pode transigir em relação às circunstâncias, às coisas acessórias, mas não com o que é substantivo. Concluindo, digo-lhe que vivi as minhas circunstâncias e Tancredo não teve condições de viver as dele. Só quem vive as suas circunstâncias sabe os débitos que tem.

Quanto à sua segunda pergunta, a minha visão do futuro é uma visão humanista. Acredito que a aventura do homem na face da terra não se faz do dia para a noite. Estamos vivendo um ciclo, o fim de um tipo de civilização e o começo de uma outra: a civilização da informática, do predomínio do virtual sobre o real. Fomos construídos com uma concepção linear da vida, do mundo. Hoje, com a rede, ela não tem barreiras, expande-se a cada dia. Dentro dessa história, não vejo com pessimismo o futuro da humanidade. O homem é uma criatura boa, há coisas extraordinárias dentro de cada um de nós. Eu acredito nisso, não estou dizendo só por dizer. Não sei se algum curioso, daqui a alguns anos, vai ler o que eu disse aqui hoje... Lembro-me de que, quando estive com Deng Chao-Ping, numa daquelas visitas protocolares, fiz-lhe a mesma pergunta, sobre como ele enxergava o futuro da humanidade. Ele pegou na minha mão, daquele jeito chinês, ficou falando, assim, com a mão dada, velho, muito surdo, já falando muito alto. Disse-me que teríamos um longo período de paz. Dissertou sobre a China, falando de como seria a situação

daqui a 50 anos, como se estivesse falando de algo que aconteceria no dia seguinte. Aí começou a falar em termos do que ocorreria dali a 100 anos. Tudo isso para mostrar que a nossa idéia de tempo é relativa, temos de pensar numa outra escala. O Reagan, diante da mesma pergunta que lhe fiz, virou-se para um assessor e disse: “ — Schultz, fale sobre isso”. Não me comporto como o presidente Reagan. Sou cristão. Cristo disse que a paz interior era o caminho da libertação e da mudança da humanidade. A gente fica decepcionado, porque após dois mil anos ainda não chegamos a esse ponto. Mas chegaremos.

ALM^{TE} JOSÉ MARIA AMARAL:

Uma das razões pelas quais o presidente Tancredo me convidou para ser ministro do Emfa era a criação do Ministério da Defesa, ao final do governo dele. E o senhor colaborou de várias maneiras para que isso acabasse ocorrendo no ano de 2000. O senhor seguiu o caminho, não foi?

JOSÉ SARNEY:

Tancredo criaria o Ministério da Defesa, mas eu não podia, porque o problema militar foi muito sério. A Argentina não atravessou totalmente aquele tempo. O Chile até hoje padece; o Peru, da mesma maneira. No Brasil, os militares recuaram e se incorporaram admiravelmente ao processo democrático. Tive certa participação nisso, por ter feito a transição com os militares e não contra eles. Certa feita, um grupo político, não vou citar nomes, me disse: “Precisamos dar uma demonstração pública de autoridade. Há um militar aí, que é adido em tal lugar, e o senhor tem de mandar prendê-lo, porque isso é um sinal”. É claro que me opus. O dever de todo comandante é zelar pelos seus subordinados. Como presidente da República, eu tinha de defender os militares. Não queria nenhuma manifestação, nenhuma tropa, ordem do dia, nada disso. Assumi toda a responsabilidade. Isso funcionou muito bem. Acredito que nessa área eu tenha tido mais experiência que o Tancredo. Porque o Tancredo não tinha uma grande vivência da área militar.

FERNANDO GASPARIAN:

Presidente, o projeto do Mercosul não foi simplesmente um projeto econômico. Havia também a preocupação de integrar culturalmente a região. Eu gostaria de que o senhor falasse um pouco sobre essa parte cultural, que infelizmente não foi desenvolvida.

JOSÉ SARNEY:

O projeto prevê uma integração cultural, física e econômica. Infelizmente, não conseguimos avançar num projeto objetivo do setor de integração cultural e de integração física. Temos feito ações isoladas, mas não há uma coisa sistêmica, tenho de admitir. Mas houve alguns ganhos importantes. Um deles foi a superação de um certo estranhamento entre brasileiros e argentinos. A circulação de pessoas deu condições de uma certa integração cultural. E, mais ainda, a integração prosseguirá com o ensino do espanhol no Brasil e do português na Argentina. São coisas que aconteceram à margem, não como uma coisa sistêmica.

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA:

Acho que o que vivemos aqui transcende em muito a questão específica do Mercosul, sendo realmente uma lição da história política do Brasil nos últimos anos. Presidente Sarney, o senhor confirma basicamente o que tenho aprendido ao longo dos últimos dez anos, merecendo realmente o título de Cavaleiro da Integração.

A motivação básica do Mercosul, pelo que pude depreender hoje, foi basicamente política, da qual os benefícios comerciais seriam derivações. Quer dizer, o Brasil e a Argentina precisavam, naquele momento, encontrar argumentos para superar a distância histórica que havia entre ambos. O que não ficou muito claro foi a sua afirmação de que não é possível mudar a geografia. Mas a criação da União Européia não seria uma maneira de mudar a geografia? O Mercosul, com o objetivo estratégico de ser a ponta-de-lança do Brasil no cenário internacional, não está mudando, de certa forma, a geografia? Não se criou uma base

de apoio que nos posiciona de modo mais favorável no cenário internacional?

Trabalho há 45 anos e, nos últimos 15, me vi muito envolvido nessa questão de inserção internacional, particularmente a questão da integração da América Latina. Uma coisa que lamento é esse distanciamento da classe política em relação a esse problema. Por que essa questão do posicionamento internacional sempre teve um peso relativamente tão pequeno nas questões básicas do Brasil? Continuamos hoje, apesar de tudo o que está acontecendo, como voluntários tentando engajar segmentos crescentes da sociedade e mostrar que as decisões tomadas em Bruxelas, em Washington, em Genebra, vão afetar o futuro do Brasil. Talvez até mais do que as decisões tomadas em Brasília. Gostaria de saber qual a sua visão a esse respeito.

Por último, Presidente, há uma coisa que ouço muito em viagens: o discurso de alguns analistas dizendo que poderíamos ter feito mais pela Argentina, que nos comportamos ainda como um protagonista menor. Por isso, talvez não tenhamos percepção da nossa força e não a usemos para, em situação de crise, ajudar um vizinho muito importante para o futuro do Mercosul.

JOSÉ SARNEY:

Muito obrigado, dr. Roberto. O senhor conhece essas questões muito melhor do que eu. Sobre a primeira questão, da motivação política, quero dizer que o mundo, a partir da década de 70, passou a pensar nos espaços econômicos. A idéia que tínhamos era criar um espaço econômico que aumentasse nosso poder de participação internacional. Essa participação não podia existir devido a um impasse político. A questão do Prata, que vinha do século passado, estava insepulta. Pensava-se que quem dominasse o Prata dominaria o coração da América e, portanto, toda a América. Isso permeou e contaminou todas as nossas relações.

Depois, as nossas intervenções aqui no Cone Sul deterioraram a relação com a Argentina. Acrescentavam-se a isso dois fatos: o problema da

disputa nuclear e o dos recursos compartilhados. Todavia, era preciso que avançássemos na formação de um espaço econômico com a Argentina. Não podíamos pensar no espaço deixando de lado as questões políticas.

Quanto ao problema da geografia, o que não se pode mudar é a geografia física. Mesmo hoje, quando se fala que as fronteiras foram invadidas pelos sinais eletrônicos, lembro sempre de um poema do Miguel Torga em que ele diz: "... de um lado terra, de outro lado terra / de um lado gente, do outro lado gente / mas há um sentimento de pátria / e de terra que passa / no mais pequenino tordo adormecido / que é aquela florzinha amarela". Então, essas fronteiras vão sempre existir. As fronteiras são sempre fontes permanentes de problemas que podem eclodir a qualquer momento. Assim tem sido a história da humanidade.

O senhor falou também no nosso isolamento em relação à política externa. Primeiro, é preciso ver que estamos numa área muito isolada em relação ao mundo, de modo que o fluxo das relações internacionais não passa por aqui. Em segundo lugar, há o hábito arraigado de achar que nada do que ocorre no mundo pode nos prejudicar. Um exemplo: Quando houve a crise do petróleo, tivemos um ministro do Planejamento dizendo que o Brasil não seria atingido. O uso dessa retórica é freqüente. Qualquer coisa que aconteça, sempre há um ministro da área econômica para nos tranquilizar, dizendo que o problema não atinge o Brasil. Isso cria uma mentalidade de que estamos fora do mundo, de que nada repercute aqui, o que é uma coisa comum aos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Os terceiro-mundistas, que se unem em vários organismos internacionais, tomam posição e têm poder de denúncia, no tocante a essa mentalidade, não fazem nada. Estou há quarenta anos na política e verifico que, quando se faz um discurso sobre política externa diante do parlamento, ninguém dá a mínima... Na Conferência de Estocolmo, no ano de 1972, fiz um discurso sobre os problemas na gestão de recursos ambientais em nível mundial. Li o discurso no Senado e ninguém parou. O Krigger até me disse: "Senhor Sarney, com a situação tão difícil no Brasil, o senhor vem falar do problema da Conferência de Estocolmo?" Essa é a visão que se tem.

Eu e o Montoro éramos aves raras dentro do Congresso. Há outros que participaram, mas nós é que demonstrávamos mais interesse por essas coisas de política internacional. Isso me serviu muito no governo, porque essa era uma área abandonada. Quando se falava de política externa, sempre me indicavam. Daí nós avançamos, graças a Deus. Se houve erro, eu assumo, a responsabilidade é toda minha.

RUBENS ANTÔNIO BARBOSA:

Presidente, falando da integração regional, o senhor se concentrou na relação com a Argentina, na abertura para o Mercosul. Quero resgatar aqui uma passagem do seu governo que, na minha opinião, marcou uma inflexão da política externa. O senhor sabe que no Itamaraty é muito difícil mudar a política externa, que inflexões violentas raramente ocorrem.

Em 1985, o senhor e o ex-ministro Olavo Setúbal tomaram uma decisão que mudou a política externa brasileira na área política: foi a decisão do Brasil de participar do Grupo de Apoio de Contadora, na questão da Nicarágua. A mais recente manifestação dessa mudança, iniciada a partir dali, foi a convocação, pelo presidente Fernando Henrique, da reunião dos presidentes. Mas naquele momento, em 1985, a adesão brasileira contrariava a opinião do Itamaraty. A partir do Grupo de Apoio de Contadora, foi criado o Grupo do Rio, que hoje é o representante da região.

A partir de 1985, também começamos a acertar os problemas com a Argentina que estava distante da América do Sul. Pela primeira vez na história, o presidente Figueiredo, se não me engano, foi à Colômbia ou à Venezuela. O desbloqueio da relação política com esses países, por intermédio do Grupo do Rio, foi um marco importante na política externa, desembocando na integração física, no comércio com todos os países da região. Essa vertente política não pode ser perdida.

JOSÉ SARNEY:

Muito obrigado, embaixador Rubens. O senhor participou daqueles momentos e nos deu o apoio necessário para essa política de inflexão em

relação à Argentina. Ali plantamos as sementes das negociações que teríamos. Realmente, de início não havia muita simpatia da parte do Itamaraty (que é uma casa extraordinária, de grandes recursos humanos, que tem ajudado tanto o país). Depois, eles se engajaram e passaram a fazer tudo o que era possível; daí o êxito do projeto. Mas as restrições eram de fato grandes. O presidente do Brasil, por exemplo, não podia ir à posse de outros presidentes porque não havia tradição. Assim, tivemos de criar uma nova tradição. Alguns até identificam nesse fato uma nova etapa da diplomacia presidencial.

Quanto a Contadora, foi um grupo importante por trás do qual há um problema mais sério. Não fosse a ação que desenvolvemos naquela época, os Estados Unidos teriam invadido a Nicarágua. Fomos nós, todos nós, que negociamos e unimos os países. Foi uma negociação dolorosa, penosa. Já havia o problema de Cuba; com a Nicarágua e os “contras”, tudo se agravou. E não tínhamos nenhuma experiência de diplomacia na América Central.

Também agimos noutra ponto: o de alterar a posição do Brasil e da Argentina no continente no tocante à redemocratização. Nossos países têm de estar juntos, pois, unidos, somos, não digo fiadores, mas pelo menos uma força capaz de segurar o processo democrático na área. A América deve muito ao presidente Alfonsín, que, enquanto negociávamos com os Estados Unidos, se encarregou de missões junto a pessoas que não estavam do lado norte-americano, inclusive junto ao próprio presidente Fidel Castro. Mesmo assim, não conseguimos evitar certas coisas, como a intervenção no Panamá, à qual eu era contrário (como tive ocasião de dizer ao próprio presidente Bush). Mas, se aquilo não houvesse acontecido, não tenham dúvida de que a democracia teria corrido um perigo muito grande no continente.

Trabalhou-se muito para a restauração democrática do continente. Fruto desse trabalho foi o processo de ajuda ao Paraguai e ao Chile. Tivemos de evitar a guerra civil no Chile. Foi uma ação conjugada que se prestou à democracia no continente americano.

JOÃO BOSCO RABELLO:

Presidente, tive o privilégio de participar da cobertura política do seu governo como jornalista do *Globo*. É extremamente compensador hoje ouvi-lo discorrer sobre assuntos históricos que fizeram parte da agenda de governo, numa época em que as relações do repórter com o presidente da República estavam limitadas pelo exercício do cargo. Vou lhe fazer duas perguntas. Com relação ao Mercosul, no seu retrospecto aqui, o senhor usou a expressão “mecanismos de contágio”, definindo isso como uma característica da América do Sul. Mencionou a militarização, que foi simultânea nos países sul-americanos, a redemocratização, a inflação e o neoliberalismo. O termo “contágio” é hoje usado para descrever a fuga dos capitais de investimento, que gera essa instabilidade dos países emergentes, que nos trouxe a crise asiática e colocou a Argentina nesse processo falimentar. E tudo isso vem sendo obstáculo ao ritmo desejável de consolidação do Mercosul.

Outro dia, aqui mesmo, o embaixador Rubem Corrêa fez uma defesa vigorosa do Mercosul e lamentou que essas crises sucessivas trouxessem hoje uma impressão generalizada de que o Mercosul se tornou etéreo e descartável. Donde a minha primeira pergunta: objetiva e concretamente, o que pode ser feito para que o Mercosul chegue, em 2004/2005, na Alca, como um bloco sólido, tal como foi idealizado?

A segunda pergunta também tem relação histórica com o seu governo. A história hoje lhe faz justiça quando reconhece que o seu governo foi essencial à transição política, à democratização do país. Outro dia, o presidente Fernando Henrique, numa conversa informal, disse que tem no senhor um consultor permanente e que o considera um dos maiores especialistas na política brasileira. Esse tipo de declaração também faz justiça a um governo que, na época, não foi tão reconhecido. É certo, porém, que um dos episódios que certamente lhe trouxe um resgate moral, íntimo, pessoal e político, dos mais contundentes foi o *impeachment* do presidente Fernando Collor. Collor havia feito toda a campanha dele com ataques virulentos não só ao seu governo, mas à sua pessoa. No período

que precedeu o *impeachment*, o *establishment* político movimentou-se para preservar a estabilidade do processo. O ministro Célio Borges, ao assumir o Ministério da Justiça, fez questão de definir-se como ministro de Estado e não do Governo. Queria que o senhor nos dissesse como foi acompanhar o processo político que resultou no *impeachment* do presidente Collor.

JOSÉ SARNEY:

Bosco, você, que acompanhou meu calvário, naquele tempo, me pergunta o que pode objetivamente ser feito pelo Mercosul. Temos que voltar ao projeto original do mercado comum, promover a integração por setores e criar uma estrutura capaz de gerir crises. Como disse, essa crise atual decorre da falta dessa estrutura. Outra coisa que poderia ajudar seriam políticas macroeconômicas conjugadas. É o que está escrito no Tratado, o que tinha de ser feito e não foi. É mais difícil consertar do que construir, para o quê é preciso vontade política. No meio da tempestade, eu sei, é difícil para os argentinos pensarem nessas coisas estruturais. Eles têm um problema emergente, imediato. Nós, brasileiros, estamos dando uma ajuda, mas nosso esforço deveria ser bem maior. O projeto de cooperação Brasil-Argentina não pode se perder nem ser retardado, seguindo as declarações inacreditáveis do ministro Cavallo. Declarações que não constroem nada. Como um homem de Estado que viveu esse problema, lembro-me novamente daquela frase do Saens Peña: “Tudo nos une, nada nos separa”. Acho essencial que nossas relações com a Argentina sejam sólidas.

Sua outra pergunta se liga ao *impeachment* do Collor. Não sei se é virtude ou defeito, talvez seja mais defeito, mas quero dizer da minha absoluta incapacidade para o ódio. É algo que não faz parte do meu temperamento. Quando houve o problema do Collor, realmente fiquei chocado, porque a instituição da Presidência estava passando por um período muito ruim. Participei de tudo como senador, votei nas coisas em que tinha de votar, sem nenhum sentimento de revanche ou de ódio. Vou

contar aqui algo que já contei em uma entrevista ao Florestan Fernandes. O Collor foi me visitar, dias antes de lhe transmitir a Presidência. Não podia jamais deixar de recebê-lo, isso nem me passou pela cabeça. Ele se sentou e me disse: "Presidente, quero dizer ao senhor que, em campanha, a gente às vezes se excede..." Ao que lhe retruquei, dispensando-o de quaisquer explicações, a fim de poupar a ambos do constrangimento. Disse-lhe isso e me coloquei à disposição do país para ajudar no que fosse preciso. Conto isso para salientar que não tive nenhuma posição protagonista no *impeachment*, não fui figura fundamental. Sinceramente, até lamento que aquilo tenha ocorrido.

JORGE CUNHA LIMA:

Senhor Presidente, além da honra de estar aqui, quero dizer da alegria que esta tarde me proporcionou, pois geralmente, em todos os depoimentos que ouvi, os presidentes costumam nos dar o seu norte. E o senhor nos deu o seu sul. É muito comovente a gente ouvir um presidente da América Latina dar o seu sul. Esse sul que começa em São Luís e que abrange o Brasil e a América do Sul.

A minha questão já foi mais ou menos respondida, por isso quero ampliá-la um pouco. Na Europa, fizeram o Mercado Comum Europeu e fizeram a Comunidade Européia, pois uma coisa não funcionaria sem a outra. O Mercado está chegando a seu termo com a moeda comum, mas, não fosse a solução dos contenciosos naturais entre países, não disso existiria. A integração cultural que, como o senhor mesmo reconhece, foi um pouco negligenciada na América Latina, é fundamental. Vemos hoje coisas que eram impensáveis histórica e geograficamente (por exemplo, uma emissora de televisão que até às 19 horas transmite a programação em francês e, daí em diante, em alemão). Pergunto se esse déficit que temos não decorre do fato de o Mercosul ser pensado pelas elites latino-americanas, que, paradoxalmente, entendem de economia mas não têm muita habilidade com questões culturais. As questões culturais dizem mais respeito aos povos da América do Sul do que às elites.

Não seria, então, o caso de mudarmos um pouco a estratégia do Mercosul de modo a criar uma Comunidade da América do Sul? Dessa maneira, integraríamos as questões políticas às questões culturais, possibilitando inclusive aos contenciosos consolidar a questão econômica. Todos aqui estão de acordo: Precisamos ajudar a Argentina a sair da crise econômica? Será o suficiente? Não será melhor criarmos essa Comunidade que envolva cultura?

JOSÉ SARNEY:

Bem, acho que isso é óbvio. Inevitavelmente, depois do Mercado Comum ou simultaneamente a ele, viria a Comunidade. Até mesmo porque os primeiros passos que demos já continham o embrião dela.

Infelizmente, como disse, tivemos um retrocesso: voltamos a ser uma união aduaneira, quer dizer, uma zona de livre comércio, o que protelou o sonho de uma Comunidade. Mas ela virá algum dia e atingirá toda a América Latina.

Acho que a consideração dos aspectos culturais é básica. Recordo-me até de que propusemos a implantação, nos países que compunham o Mercosul, da lei de incentivo fiscal à cultura, que naquele tempo chamava-se Lei Sarney, e, mais imediatamente, o livre mercado de artes entre os países. Mas todas as energias foram canalizadas para o econômico e a parte da cultura ficou entregue, como sempre, a nós, que fazemos parte dos sonhadores.

ANA MARIA STUART:

Presidente Sarney, falo como argentino-brasileira. Há vinte e três anos no Brasil, acompanho todo o seu trabalho em favor da integração entre nossos países. As perguntas que eu tinha a lhe fazer foram há pouco respondidas. Meu ponto era a questão da democracia e da integração, o papel do Mercosul na democratização da região. Por isso, acho importantíssima essa preocupação quanto ao resgate da cultura, porque muitos dizem que a aproximação entre o Brasil e a Argentina se deu mesmo

durante as ditaduras, por alianças entre os militares. Foram eles que fizeram os tratados de Itaipu, em 1979, e, em 1980, o de Cooperação Nuclear para Fins Pacíficos.

Mas penso que o Mercosul iniciou-se mesmo com a iniciativa do senhor e do presidente Alfonsín e que, no cerne desse processo de integração, está o espírito democrático. Espero, como o senhor, que possamos recuperar esse espírito e aprofundá-lo não só no Cone Sul, mas também na América do Sul toda.

JOSÉ SARNEY:

Acredito firmemente que a democracia é o caminho do desenvolvimento. Que o grande desafio que temos hoje é provar que ela pode dar resposta aos problemas da pobreza, da miséria, do desemprego, da recessão. A democracia não pode ser associada à desorganização e ao atraso; e que ela não seja associada ao fato de que a democracia é o caminho da desorganização e do atraso. A liberdade tem um poder criador forte, que deve ser exercido em toda a sua amplitude.

CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ:

Presidente Sarney, farei uma pergunta sobre ciência e a tecnologia, temas com implicação cultural e econômica. Durante o seu governo, houve uma política muito positiva, liderada pelo ministro Renato Archer. Por exemplo, todo esforço na pós-graduação (que nos trouxe a capacidade de formarmos mais de cinco mil doutores por ano), a instalação de laboratórios e o melhoramento de infra-estrutura.

Minha pergunta é a seguinte: Quais as possibilidades de inserção do Brasil numa sociedade baseada em conhecimento, com Internet, clones, genoma? Numa sociedade onde conhecimento se tornou um insumo fundamental da riqueza e do desenvolvimento social?

JOSÉ SARNEY:

Ciência e tecnologia foi um setor no qual de fato obtivemos resultados

muito positivos, sobretudo na capacitação de recursos humanos. No mundo de hoje, os espaços para trabalhos individuais vão dando lugar a um trabalho mais sistemático e coletivo. Isso faz com que a universidade e o Estado se interliguem com a empresa privada, com vista à pesquisa aplicada, pois do contrário a ciência pura não sobrevive.

É pena que o Brasil não disponha de recursos para criar esses instrumentos, mas, por outro lado, essa limitação constitui também um desafio à invenção, à capacidade de descoberta do homem. Hoje vemos que também os países em desenvolvimento são capazes de criar tecnologia. Acho que, por estarmos muito envolvidos com nossos problemas conjunturais, não estamos dando a devida atenção a isso.

Tal desatenção não é só responsabilidade do governo, mas também da empresa privada. A gente não pode achar que a iniciativa privada esteja mais interessada no transporte do que na criação de tecnologia. É claro que isso também existe, pois há também a subordinação aos interesses das indústrias globais.

CLÁUDIO LEMBO:

Presidente, pediria à Vossa Excelência, que está dando um depoimento para a história, que nos falasse um pouco do papel desempenhado pelo Paraguai e pelo Uruguai na formação do Mercosul.

JOSÉ SARNEY:

A pergunta do Lembo é muito pertinente, porque silencieei sobre o Paraguai e o Uruguai. Quero dizer que, na criação do Mercosul, o Sanguinetti foi um homem extremamente importante, porque precisávamos de um intermediador. Sanguinetti foi o homem certo, um iluminista, um homem de grandes conhecimentos, grande historiador, alguém que conhece história do Brasil, literatura etc.

Evidentemente, ele entendia as assimetrias entre o Uruguai, o Brasil e a Argentina e sabia que o Uruguai não podia ser um sócio pleno. Até porque o objetivo de uma verdadeira vontade de construir um mercado

comum baseado no modelo europeu implica a capacitação dos países que ainda não possuem condições para entrar como sócios plenos. Fizemos acordos entre os três países, o que funcionou muito bem. Não havia, da parte do Uruguai, nenhuma demanda para entrar plenamente no Tratado de Buenos Aires.

Aí entra uma coisa inexplicável: a inclusão do Paraguai no acordo firmado entre o presidente Menem e o presidente Fernando Henrique Cardoso em 1990. Acho que nem o Paraguai queria isso; tampouco o Uruguai. Eles queriam participar de um processo, mas acabaram criando algumas dificuldades. Estávamos fazendo (e assim prosseguiríamos) tudo o que fosse do interesse do Uruguai e do Paraguai. Aliás, nossa participação (minha, do Alfonsín e do Sanguinetti) na redemocratização do Paraguai foi decisiva. Lembro-me bem de que, na posse do presidente Andrés Rodrigues, a que estávamos presentes eu, o Alfonsín e o Sanguinetti, ele fez um juramento invocando os santos evangelhos e o destino dos presidentes do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Ao que o Sanguinetti comentou que a nossa situação, numa tríplice aliança, era desconfortável.

Talvez o Rodrigues, que foi fundamental na transição do Paraguai, não quisesse entrar no Tratado. Como era uma zona de livre comércio, o tratado perdeu um pouco da sua razão de ser. Estou falando com muita sinceridade, porque estamos falando sobre o futuro.

FÁBIO MAGALHÃES:

Quero agradecer o extraordinário depoimento do presidente Sarney no projeto "Presidentes do Mercosul". Tenho certeza de que todos nós ficamos encantados com seu depoimento hoje e aprendemos lições importantes sobre a história recente do país.

JOSÉ SARNEY:

Sou eu quem deve agradecer ao professor Fábio e a todos que estiveram conosco nesta tarde, e dizer que uma vez ouvi do general

Golbery: “Quem quiser guardar um segredo, que o coloque nos arquivos do Congresso Nacional”. Sei que aqui não é assim; por isso, creio ter dado uma pequena contribuição aos arquivos que aqui estão sendo feitos. Tudo o que disse, disse com a maior sinceridade, com a maior franqueza, relembrando as coisas como senti que elas eram. Muito obrigado a todos.

DEBATEDORES

Coordenador: **Fabio Magalhães**

Museólogo, estudou no Instituto de Arte e Arqueologia de Paris, atuou como diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo; secretário de Cultura do Município de São Paulo; assessor especial da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo; secretário de Apoio à Produção Cultural do Ministério da Cultura; diretor geral da Embrafilme, conservador-chefe do Museu de Arte de São Paulo - Masp, além de curador da segunda e terceira edições da Bienal de Artes Visuais do Mercosul. É diretor-presidente da Fundação Memorial da América Latina desde 1995.

Luiz Carlos Bresser Pereira

Professor da Fundação Getúlio Vargas, editor da *Revista de Economia Política*. É doutor e livre-docente em Economia pela Universidade de São Paulo. Foi Ministro da Ciência e Tecnologia (1999), da Administração Federal e Reforma do Estado (1995–1998), da Fazenda (1987), e secretário do Governo

de São Paulo (1985–1986). É autor, entre outros livros, de: *Reforma do Estado para a Cidadania* (1998), *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil* (1996), *Economic Reforms in New Democracies*, com Adam Przeworski e José Maria Maravall (1993), *Lucro, Acumulação e Crise* (1986, tese de livre docência), *Inflação e Recessão*, com Yoshiaki Nakano (1984), *Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1980), *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978), *Empresários e Administradores no Brasil* (1974 – tese de doutoramento), e *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968).

Alm^{te}. José Maria do Amaral Oliveira

Ingressou na Escola Naval em 31 de março de 1942, atingindo o posto de almirante de esquadra em 31 de março de 1984. Como aviador naval participou na Holanda da modernização do porta-aviões *Minas Gerais*. Foi ajudante de ordens do presidente Café Filho. Presidente da Comissão de Construção das Fragatas na Inglaterra. Comandou a Aviação Naval. Como almirante de esquadra, foi comandante de operações navais, ministro-chefe do Emfa na presidência de José Sarney. Conselheiro da Missão Brasileira na Organização das Nações Unidas até março de 1990. Atualmente, é conferencista da Escola de Guerra Naval e preside uma empresa relacionada com a recuperação de embarcações históricas submersas no Atlântico Sul.

Gilberto Dupas

Coordenador-geral do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (Gacint) da USP; presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais – Ieei; professor da Fundação Dom Cabral junto ao European Institute of Business Administration – Insead (França) e à Kellogg Graduated School of Management – Northwestern University (EUA); foi professor de várias universidades brasileiras, nas áreas de Política Econômica e Planejamento Estratégico, bem como membro do Conselho da Fundação Getúlio Vargas, do Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisas) e do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP. Foi secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento (governo Montoro), bem como presidente e conselheiro de empresas públicas, de empresas privadas e de fundações. Autor de vários livros nas áreas

de economia, estratégia e desenvolvimento, dentre eles: *Alca e os Interesses do Mercosul*, *Economia Global e Exclusão Social* e *Ética e Poder na Sociedade da Informação*. Tem publicado mais de 400 artigos e ensaios em jornais e revistas especializadas.

Fernando Gasparian

Ex-deputado federal, participou da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, onde fez parte da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, e foi relator da Subcomissão do Sistema Financeiro e integrou, igualmente, a Comissão de Sistematização, além de ser autor de algumas emendas aprovadas. Foi superintendente da Sede Permanente do Parlamento Latino-Americano e membro de seu Conselho Consultivo. Atualmente, é diretor da Editora Paz e Terra, das Edições Graal e de D&F Agropecuária S.A, além de membro do GPI (Grupo de Política Industrial) da Fiesp.

Roberto Teixeira da Costa

Advogado, presidente regional do PFL-SP e reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. É o atual vice-governador eleito de São Paulo. Foi secretário de Negócios Jurídicos do município de São Paulo (gestão Jânio Quadros) entre 1986 e 1988, e secretário de Planejamento do município de São Paulo (gestão Paulo Maluf) entre 1993 e 1996. É membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e Vice-presidente do Instituto Cultural Itaú.

Rubens Antônio Barbosa

Embaixador do Brasil em Washington. Foi secretário-executivo da Comissão de Comércio com os Países do Leste Europeu, de 1976 a 1983. Foi secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (1987/1988) e secretário na seção brasileira do Grupo dos Três Ministros da Fazenda (Brasil, Argentina e México). No Itamaraty, ocupou, entre outros, os cargos de chefe de gabinete do chanceler Olavo Setúbal e de subsecretário-geral de Comércio Exterior, de Integração e de Assuntos Econômicos, além de coordenador nacional do Mercosul. Foi embaixador do Brasil na Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), de 1988 a 1991.

João Bosco Rabello

Jornalista. Diretor da Agência Estado desde 1990, sempre na sucursal de Brasília, onde esteve também à frente do Grupo Editorial "O Estado de S. Paulo", de 1990 e 1995. Com 27 anos de profissão (iniciou suas atividades profissionais no Rio de Janeiro, em 1974), trabalhou nos jornais *Diário de Notícias*, *Última Hora*, *O Pasquim*, *O Fluminense* (Niterói), todos na década de 70. Em Brasília desde 1978, atuou nos jornais locais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*, nos quais exerceu as funções de editor de cidades, repórter político, editor de política e editor da primeira página; na Empresa Brasileira de Notícias (Radiobrás), como chefe de reportagem; nas sucursais de *O Globo*, como repórter e coordenador de política entre 1984 e 1988, inclusive durante a Assembléia Nacional Constituinte; do *Jornal do Brasil*, como repórter especial de política; no jornal *O Estado de S. Paulo* e, por fim, na Agência Estado. Entre 1985 e 1986, durante um ano, foi assessor de imprensa do então ministro da Justiça Paulo Brossard, no governo do presidente José Sarney.

Jorge Cunha Lima

Advogado, pós-graduado em administração de empresas, jornalista e escritor com as seguintes obras publicadas: *Ensaio Geral* (Ed. Martins), *Mão-de-Obra* (Brasiliense), *Véspera de Aquarius* (Paz e Terra) e *O Jovem K* (Siciliano). Como jornalista, foi diretor do jornal *Última Hora* (SP), fundador e diretor da revista *Senhor-Vogue* (1978), é ainda colaborador de jornais e revistas nacionais e internacionais. Exerceu diversas atividades públicas, entre elas: secretário de Estado das Comunicações do governo Franco Montoro (SP); secretário de Estado da Cultura no mesmo governo; presidente da Fundação Casper Líbero (TV, rádio, jornal e Faculdade de Comunicação); membro vitalício do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta; coordenador técnico do Projeto "Viva o Centro", ex-membro eleito do Conselho da Bienal de São Paulo; membro eleito da diretoria do Masp. Presidente da TV Cultura; participou da criação do Grupo Biarritz, que reúne televisões da Europa Latina, e da criação da RTVLP (Rede de Televisões de Língua Portuguesa) ao lado da RTP1 e de televisões africanas. Recebeu da Unesco o Prix Camera pela maior contribuição mundial na comunicação jornalística de televisão, no ano de 1995. Presidente da Abepec (Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educati-

vas e Culturais) e membro do Conselho Superior de Orientação Política e Social (Cops), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); delegado para a América Latina da Aited (Association Internationale des Télévisions d'Education et de Découverte).

Ana Maria Stuart

Licenciada em Ciências Políticas e Diplomáticas pela Universidade Nacional de Rosário (Argentina). Professora universitária, deixa a Argentina em fins de 1977, durante a ditadura militar. No Brasil, retoma a carreira acadêmica e defende tese de Mestre em Ciência Política, na área de Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Atualmente, é pesquisadora e professora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo(Nupri/USP).

Carlos Henrique de Brito Cruz

Formado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), tornou-se professor do Instituto de Física "Gleb Wataghin" da Unicamp, tendo sido inclusive diretor do mesmo Instituto de 1991 a 1994. Atualmente, realiza pesquisas junto ao Grupo de Fenômenos Ultra-rápidos de Comunicações Ópticas do Departamento de Eletrônica Quântica do Instituto de Física da Unicamp, além de presidente do Conselho Superior da Fapesp (Fundação de Auxílio à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Cláudio Lembo

Advogado, presidente regional do PFL-SP e reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. É o atual vice-governador eleito de São Paulo. Foi secretário de Negócios Jurídicos do município de São Paulo (gestão Jânio Quadros) entre 1986 e 1988, e secretário de Planejamento do município de São Paulo (gestão Paulo Maluf) entre 1993 e 1996. É membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta e vice-presidente do Instituto Cultural Itaú.

Luciano Coutinho

Formado em Economia pela USP, foi secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia entre 1985 e 1988. Atualmente, entre outras atividades

docentes, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp; consultor de mais de trinta empresas privadas, líderes no Brasil no setor automotivo, eletrônico, de telecomunicações, de bens de consumo, financeiro; e é consultor da Fapesp e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

OPINIÃO

O FATOR SARNEY

JOÃO BOSCO RABELLO

A história política brasileira das duas últimas décadas desautoriza avaliações simplistas, desprezo ou indiferença em relação ao ex-presidente José Sarney. Sua intuição e tenacidade construíram uma biografia que desafiou – e continua desafiando – a lógica dos analistas e historiadores. Civil mas identificado historicamente com o ciclo militar, acabou sendo o primeiro presidente da redemocratização e, quase 20 anos depois, emerge como a figura mais destacada entre os aliados de Luís Inácio Lula da Silva, o presidente eleito do PT.

Enfrentou a intolerância do ex-presidente João Figueiredo no final do processo de abertura, tornando-se vice na chapa de Tancredo Neves e, com a morte deste, o primeiro presidente civil depois do ciclo militar instalado em 1964. Cumpriu seu mandato, assaltado diariamente pelo sentimento da ilegitimidade, que confessou diversas vezes, fustigado

todo o tempo pelo fantasma do parlamentarismo – aríete de ocasião usado pela oposição na Constituinte para apeá-lo do poder.

Atravessou os cinco anos de mandato num país que comparou, à época, a uma grande e incontrolável panela de pressão, um vulcão adormecido que entrava em erupção e cuja lava, na sua analogia, era a sede de democracia que vazava de todas as instâncias representativas da sociedade. Foram mais de 60 ministros e cerca de doze mil greves em seu governo. Sobreviveu politicamente após entregar o país a seu sucessor com uma inflação no patamar dos 80%, elegendo-se pelo distante Amapá, quando a legenda lhe foi negada em seu berço político, o Maranhão.

Teve papel ativo na garantia de estabilidade política durante o processo de *impeachment* de seu sucessor e detrator moral, Fernando Collor. Mais: foi presidente do Senado no primeiro mandato de Fernando Henrique, impondo-se gradualmente a este como parceiro indispensável na costura política de um governo que promoveu reformas estruturais adiadas há pelo menos uma década. É Fernando Henrique quem avalia Sarney como “o político que mais conhece a política brasileira”.

A eleição deste ano, talvez a mais marcante do processo histórico brasileiro, leva Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República e encontra Sarney novamente na contramão, a desfazer certezas que o davam como um dos oligarcas varridos do cenário pela nova ordem política e social que a excitação do PT no poder provoca nos setores mais progressistas. O ciclo de maturidade de Lula – do sindicato operário ao topo do poder – completa-se ao mesmo tempo em que o da redemocratização, iniciado no governo Sarney, seu adversário de então, e repõe as duas personagens no centro das atenções – dessa vez, como aliados.

É uma realidade política que confirma a máxima do senador Antônio Carlos Magalhães, segundo a qual a política divide seus protagonistas em dois grupos: os adversários e os inimigos. Com os primeiros, briga-se e compõe-se; com os últimos, não se faz acordo jamais.

E, ao final da chamada “Era FHC”, Sarney desafia mais uma vez a lógica política, impondo-se ao fim de oligarquias como a sua, no

Maranhão, feridas de morte pela renovação de práticas e costumes políticos. Renovação que é parte da cartilha ética implantada por FHC e ironicamente personificada com precisão pelo seu adversário de ontem e aliado de hoje, Lula, em cujo governo, muito provavelmente, terá papel preponderante como presidente do Senado.

Mais pontos em comum, porém, unem as histórias desses dois expoentes da política brasileira contemporânea. A Sarney deve-se o início do processo de integração da América do Sul num bloco destinado a defender os interesses comerciais continentais, o Mercosul. A Lula cabe consolidá-lo, num momento em que o Brasil depende decisivamente do êxito de uma política de enfrentamento ao protecionismo da Europa e dos Estados Unidos.

Não só a circunstância move Lula em direção ao resgate do Mercosul: foi ele o único dos candidatos a defender a retomada do processo iniciado por Sarney e conduzido a duras penas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Como Sarney, sua defesa do Mercosul é ideológica, ainda que no governo do primeiro a circunstância interna adversa o empurrasse intuitivamente para a conveniência de buscar na política externa o oxigênio que lhe foi escasso durante todo o mandato. Hoje, esse processo de busca de integração regional é imposição mundial.

Em diversos depoimentos após deixar a presidência da República, Sarney firmou convicção quanto ao Mercosul, mas nenhum deles sintetiza tão bem sua ênfase ao tema quanto a frase que foi buscar no ex-presidente argentino Saens Peña, para definir a vocação integracionista do nosso continente: "Tudo nos une, nada nos separa". Uma ênfase desafiada pela instabilidade econômica de países emergentes como o Brasil, de economias dependentes dos capitais especulativos, e que levou a Argentina – parceira principal no Mercosul – a um processo falimentar. E também pela forte e contínua pressão norte-americana pela adesão do Brasil à Alca, ponto essencial ao êxito do projeto de livre comércio das Américas.

Tal quadro chegou a desacreditar o Mercosul e a levar ardorosos defensores de sua necessidade, como o embaixador Rubem Corrêa, a

lamentar que se tenha difundido a idéia de que o bloco tornou-se etéreo e descartável. A necessidade de o Brasil aumentar seu poder de barganha na banca internacional e o sentimento de desnacionalização que a década das privatizações imprimiu no eleitor brasileiro – e que o PT captou com precisão – são reforços à intenção de resgate do Mercosul já anunciada por Lula.

Qualquer análise, passada ou presente, do processo do Mercosul não terá a força testemunhal de seu principal protagonista. Sarney sintetiza o momento em que assumiu o governo que herdou de Tancredo como o da transição democrática. Mas também de uma hipoteca na política externa bastante desfavorável. Se o período Castelo Branco representou alinhamento incondicional aos Estados Unidos, com o objetivo de torná-lo parceiro privilegiado, o período mais duro do regime militar, iniciado com Costa e Silva, provocou graves divergências diplomáticas com a recusa brasileira em assinar o Tratado Nacional de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP), e o alinhamento com a Alemanha em torno de um projeto nuclear.

Lembra ele que o governo Geisel aprofundou a distância com os EUA, ao restaurar as relações com a China. Geisel reconheceu a independência de Angola, reconheceu o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), iniciou entendimentos comerciais com os países árabes, assinando acordos com o Iraque e com o Irã. O acordo com a Alemanha estabelecia uma área de conflito com os EUA, por compreender o domínio de tecnologia nuclear com a aquisição de ultracentrifugadoras para enriquecimento de urânio.

E com a Argentina, Sarney considera que o Brasil viveu, na era Geisel, o período mais crítico de suas relações. De fato, o panorama sul-americano em 1985, quando Sarney e Raúl Alfonsín assinaram a Ata de Iguazu, era sombrio, na definição encontrada nos arquivos do Itamaraty. Todos os países da região tinham relações tensas que geravam hipóteses de conflitos armados entre si. A Argentina tinha relações tensas com o Brasil e com o Chile e este com a Bolívia; a Bolívia vivia tensões com o

Peru e este com o Equador; o Equador com a Colômbia e esta com a Venezuela.

A decisão de Sarney e Alfonsín de assinar a integração desanuviou esse ambiente e abriu caminho para o fim dos conflitos. Dessa forma, em 1991, o Brasil e a Argentina assinavam o Tratado de Assunção, criando o Mercosul, já integrados o Uruguai e o Paraguai. Uma sucessão de acordos em toda a América do Sul gerou uma estabilidade política e econômica na região, que experimentou um crescimento anual, à época, de 3%.

Passados 20 anos – o dobro do prazo que Sarney e Alfonsín estabeleceram para a consolidação de um mercado comum – o Mercosul vive sua pior crise, com o real sofrendo a maior desvalorização de toda a sua história e a Argentina quebrada. Sarney identifica na decisão de Menem e de Collor em reduzir o Mercosul a uma união aduaneira, uma zona de livre comércio, com a implantação da tarifa zero, o início do fracasso do projeto. Mesmo assim, sentencia: “O Mercosul não tem volta. Pode ter problemas, viver crises, mas os europeus também viveram muitas crises”.

A convicção do ex-presidente mais uma vez esbarra nos céticos. No entanto, mais uma vez, pode acabar prevalecendo. Apesar da vitória parlamentar de Bush esta semana, o editorial do *Washington Post* manifestou insatisfação de parcela da opinião pública norte-americana com a condução intolerante de seu governo na área comercial. Em síntese, diz que os EUA nada ganham com o protecionismo – e perdem muito. Talvez esteja aí o germe de uma reviravolta que, a médio prazo, pode reverter o panorama de pessimismo no Mercosul. E mais uma vez dar razão a Sarney.